

Relatório da Administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Corretora apresentou lucro de R\$ 16.2 milhões, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 30.2 milhões.

Índice de Basileia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco

Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 18%.

Gerenciamento de Risco

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional da Corretora são efetuados por área independente de forma consolidada. O relatório da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível na sede da Corretora.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

A Diretoria

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
Circulante	259.153	256.328	Circulante	5.415	11.495				
Disponibilidades	2	20	Outras obrigações	5.415	11.495				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	254.369	245.571	Sociais e estatutárias	2.976	-				
Aplicações no mercado aberto	126	641	Fiscais e previdenciárias	2.395	11.439				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	254.243	244.930	Diversas	44	56				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.150	4.088	Exigível a longo prazo	24.963	22.987				
Carteira própria	-	2.067	Outras obrigações	24.963	22.987				
Vinculados à prestação de garantias	2.150	2.021	Fiscais e previdenciárias	1.547	305				
Outros créditos	2.624	6.641	Diversas	23.416	22.682				
Diversos	2.624	6.641	Patrimônio líquido	310.354	299.274				
Outros valores e bens	8	8	Capital:						
Despesas antecipadas	8	8	De domiciliados no exterior	169.342	152.872				
Realizável a longo prazo	81.579	77.428	Aumento de capital	8.924	16.470				
Outros créditos	81.579	77.428	Reserva de lucros	132.088	129.932				
Diversos	81.579	77.428							
Total do ativo	340.732	333.756	Total do passivo	340.732	333.756				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	152.872	14.666	104.422	-	271.960
Aumento de capital	16.470	-	-	-	16.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.221	30.221
Reserva estatutária	-	-	9.333	(9.333)	-
Outras reservas	-	1.511	-	(1.511)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(19.377)	(19.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	169.342	16.177	113.755	-	299.274
Aumento de capital	8.924	-	-	-	8.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.155	16.155
Reserva estatutária	-	-	1.347	(1.347)	-
Outras reservas	-	808	-	(808)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	178.266	16.985	115.102	-	310.353
Saldos em 30 de junho de 2018	169.342	16.177	113.755	4.987	304.261
Aumento de capital	8.924	-	-	-	8.924
Lucro líquido do semestre	-	-	-	11.168	11.168
Reserva estatutária	-	-	1.347	(1.347)	-
Outras reservas	-	808	-	(808)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	178.266	16.985	115.102	-	310.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de

aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Corretora não possui títulos classificados como disponível para venda e mantidos até o vencimento.

d) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no exercício. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

f) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional são efetuados por área independente de forma consolidada, como segue:

Risco operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos por sua controladora ING Group (Amsterdã - Holanda). A Administração da Corretora participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Corretora. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 e 3.476/09 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	2	20
Aplicações no mercado aberto	126	641
Caixa e equivalentes de caixa	128	661

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre		Exercício	
	2018	2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	7.845	15.596	25.734	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.845	15.596	25.734	
Resultado bruto da intermediação financeira	7.845	15.596	25.734	
Outras receitas/despesas operacionais	862	2.035	(1.423)	
Outras despesas administrativas	(332)	(678)	(1.154)	
Despesas tributárias	(366)	(739)	(1.896)	
Outras receitas operacionais	1.925	4.186	2.810	
Outras despesas operacionais	(365)	(734)	(1.183)	
Resultado operacional	8.707	17.631	24.311	
Resultado não operacional	-	-	14.627	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	8.707	17.631	38.938	
Imposto de renda e contribuição social	2.461	(1.476)	(8.717)	
Provisão para imposto de renda	1.716	(120)	(4.498)	
Provisão para contribuição social	1.363	(115)	(3.697)	
Ativo fiscal diferido	(618)	(1.241)	(522)	
Lucro líquido do semestre/exercício	11.168	16.155	30.221	
Juros sobre capital próprio	(14.000)	(14.000)	(19.377)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	11.168	16.155	15.594	
Lucro líquido	11.168	16.155	30.221	
Resultado não operacional	-	-	(14.627)	
Variação de ativos e obrigações	(7.230)	(11.612)	(16.959)	
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.852)	(9.313)	30.268	
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(65)	1.938	2.701	
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.292)	(134)	(48.356)	
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(6)	-	(8)	
(Redução) Aumento em outras obrigações	2.985	(4.103)	(1.564)	
Caixa líquido originado em atividades operacionais	3.938	4.543	(1.365)	
Atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio	(14.000)	(14.000)	-	
Aumento de capital	8.924	8.924	-	
Caixa líquido originado em atividades de financiamento	(5.076)	(5.076)	-	
Atividades de investimento				
Aquisição (alienação) de investimento	-	-	258	
Caixa líquido originado em atividades de investimento	-	-	258	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.138)	(533)	(1.107)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.266	661	1.768	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	128	128	661	
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.138)	(533)	(1.107)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 126 (R\$ 641 em 2017) e certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 245.243 (R\$ 244.930 em 2017) com vencimento de três a doze meses.

7 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2018		2017	
	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	2.067
Vinculados à prestação de garantias				
Outros	2.150	2.150	2.150	2.021
Total geral	2.150	2.150	2.150	4.088

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

8 Outros créditos - Diversos

Créditos diversos	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos a compensar	2.605	1.658	6.641	1.345
Depósitos judiciais (Nota 10.c)	19	79.921	-	76.083
Total	2.624	81.579	6.641	77.428

9 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	2.160	-	3.243	-
Imposto de renda e contribuição social	235	-	8.195	-
Impostos e contribuições diferidos	-	1.547	1	305
Total	2.395	1.547	11.439	305

10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) **Ativos contingentes:** em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Corretora possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 46.518 (R\$ 43.805 em 2017). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.848 (R\$ 5.646 em 2017). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 10.502 (R\$ 10.173 em 2017).

c) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 46.518 (R\$ 43.805 em 2017), IRPJ e CSLL sobre a receita

da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.405 (R\$ 16.883 em 2017), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.848 (R\$ 5.646 em 2017), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.852 (R\$ 2.742 em 2017), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.740 (R\$ 2.625 em 2017) e dedução indevida de IRRF na apuração do lucro real com impacto na glosa dos prejuízos fiscais dos anos-calendário de 2000 e 2002, no montante de R\$ 4.275 (R\$ 4.109 em 2017). O saldo remanescente de R\$ 283 (R\$ 274 em 2017) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

11 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Corretora não possui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL em 2018 e 2017.

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	17.631	17.631	38.938	38.938
(-) JCP	(14.000)	(14.000)	(19.377)	(19.377)
Resultado antes dos impostos ajustado	3.631	3.631	19.561	19.561
Adições ou exclusões temporárias	(3.102)	(3.102)	(1.113)	(1.113)
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósito	(3.102)	(3.102)	(1.307)	(1.307)
Outras adições e exclusões diversas	-	-	194	194
Adições ou (exclusões) permanentes	46	46	38	38
Exclusão sobre dividendos	-	-	(107)	(107)
Doações	-	-	80	80
Adições indedutíveis diversas	-	-	65	65
Base tributável	575	575	18.486	18.486
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(86)	(115)	(2.773)	(3.697)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(34)	-	(1.825)	-
Incentivo fiscal	-	-	100	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(120)	(115)	(4.498)	(3.697)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisões não dedutíveis temporariamente	(3.104)	(3.104)	(1.306)	(1.306)
Base tributável diferida	(3.104)	(3.104)	(1.306)	(1.306)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(776)	(465)	(326)	(196)

12 Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos correspondentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstrados como segue:

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

Ativo e (passivo)	2018	2017
Depósitos bancários	2	4
Aplicações em depósitos interfinanceiros	254.243	244.930
Aplicação em operações compromissadas	126	641
Juros sobre capital próprio	(2.976)	-
Receitas e (despesas)		
Rendas de aplicações em operações compromissadas	57	541
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	15.377	24.686
Outras despesas administrativas	(314)	(314)
Despesas com juros sobre o capital próprio	(14.000)	(19.376)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo em condições e taxas de mercado vigentes na data, conforme Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

13 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 178.266 e está representado por 93.798.798 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 46.899.399 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovado aumento do capital de R\$ 8.924, mediante subscrição de 2.640.268 novas ações nominativas, sem valor nominal e não conversível em outras formas, homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de fevereiro de 2019.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração da Corretora deliberou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 14.000 (R\$ 19.377 em 2017).

14 Informações adicionais

a) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do índice de Basileia era de 18% (21% em 2017).

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

c) Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R\$ 51 (R\$ 46 em 2017), despesas de comunicações R\$ 64 (R\$ 64 em 2017), despesas com convênio R\$ 314 (R\$ 314 em 2017), despesas com publicações oficiais R\$ 75 (R\$ 73 em 2017), e outras despesas administrativas no montante de R\$ 174 (R\$ 557 em 2017).

d) Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 3.838 (R\$ 2.486 em 2017), dividendos R\$ 107 em 2017 e outras receitas operacionais no montante de R\$ 313 (R\$ 217 em 2017).

e) Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R\$ 734 (R\$ 1.179 em 2017).

f) Resultado não operacional, no montante de R\$ 14.627 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$ 8.812 no primeiro semestre, referente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e Cetip (B3 Brasil Bolsa Balcão), e alienação total das demais ações da B3 Brasil Bolsa Balcão, no segundo semestre no valor de R\$ 5.811.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8

<http://www.ingwb.com/network-offices/america/brasil>